

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, do Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradescard atua no mercado de serviços financeiros, com destaque no crédito ao consumo por meio da emissão e gestão de cartões de crédito *private label*, cartões de crédito das bandeiras MasterCard, Elo e Visa, e produtos de crédito pessoal. A segmentação de mercado reúne clientes de um mesmo perfil, com foco na qualidade do relacionamento, o que possibilita atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez, produzindo, ainda, maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensionando as operações, em termos de qualidade e especialização.

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do

consumo por meio de diversas parcerias com redes de varejo.

No exercício de 2020, o Bradescard registrou Lucro Líquido de R\$ 17 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 5.332 milhões e Ativos Totais de R\$ 13.327 milhões.

A Instituição possui participação societária na empresa Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Barueri, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
Disponibilidades	04	3.738	2.333	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.274.141	3.522.942
Instrumentos Financeiros		11.348.732	11.996.763	- Recursos de Clientes	13a	5.239	4.718
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	04 e 05a	2.047.508	1.313.927	- Outros Passivos Financeiros.....	13c	3.268.902	3.518.224
- Títulos e Valores Mobiliários	06a	11	11	Provisões	14	1.480.339	1.454.517
- Operações de Crédito	07	9.223.338	10.637.951	- Outras Provisões.....	14	1.480.339	1.454.517
- Outros Instrumentos Financeiros	08	77.875	44.874	Impostos Diferidos	24c	276.710	265.728
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	07h	(1.713.589)	(1.715.286)	Outros Passivos	15	2.964.100	3.319.730
- Operações de Crédito		(1.393.450)	(1.535.667)	Total do Passivo		7.995.290	8.562.917
- Outros Créditos		(320.139)	(179.619)	Patrimônio Líquido			
Créditos Tributários	24c	1.566.493	1.338.208	- Capital Social	16a	4.862.677	4.862.677
Investimentos em Coligadas	09	136.471	130.618	- Reservas de Lucros	16b	469.588	721.979
Imobilizado de Uso	10	40.176	41.081	- Ajuste de Avaliação Patrimonial		(64)	(32)
Intangível	11	1.338.376	1.320.969	Total do Patrimônio Líquido		5.332.201	5.584.624
Depreciações e Amortizações		(1.219.494)	(789.091)	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		13.327.491	14.147.541
- Imobilizado de Uso.....	10	(36.660)	(34.798)				
- Intangível.....	11	(1.182.834)	(754.293)				
Outros Ativos	12	1.826.588	1.821.946				
Total do Ativo		13.327.491	14.147.541				

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2º Semestre 2020	2019
Receitas da Intermediação Financeira		708.298	1.860.284
Operações de Crédito	07i	902.035	2.033.348
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	06b	18.616	37.383
Resultado de Operações de Câmbio		(238)	541
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	26b	(212.115)	(210.988)
Despesas de Intermediação Financeira		(96)	(195)
Operações de Captações no Mercado	13b	(96)	(195)
Resultado da Intermediação Financeira		708.202	1.859.782
(Despesa)/Reverso de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	07g	(481.068)	(2.003.644)
- Operações de Crédito		(322.631)	(1.267.072)
- Outros Créditos		(158.437)	(140.521)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		227.134	452.189
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(534.691)	(403.366)
Receitas de Prestação de Serviços.....	17	709.250	1.504.023
Despesas de Pessoal	18	(18.195)	(42.629)
Outras Despesas Administrativas.....	19	(602.801)	(1.294.803)
Despesas Tributárias.....	20	(104.395)	(209.942)
Resultado de Participações em Coligadas	09	2.427	5.941
Outras Receitas Operacionais.....	21	102.882	171.851
Outras Despesas Operacionais.....	22	(386.048)	(886.853)
Despesas de Provisões.....		(37.811)	(73.081)
- Trabalhistas	14b	(964)	(3.898)
- Cíveis	14b	(35.595)	(67.232)
- Outras		(1.252)	(1.951)
Resultado Operacional		(307.557)	(188.187)
Resultado Não Operacional		358	358
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(307.199)	(187.829)
Imposto de Renda e Contribuição Social	24a	132.656	204.597
Lucro/(Prejuízo) Líquido		(174.543)	16.768
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações		(27,92)	2,68

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2020	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro/(Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(307.199)	(187.829)	(517.489)
Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) Líquido antes dos Impostos:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	481.068	1.407.593	2.003.644
Depreciações e Amortizações	59.234	122.484	85.789
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	48.024	103.449	182.248
Resultado de Participações em Coligadas	(2.427)	(5.941)	(8.784)
Resultado de <i>Impairment</i>	318.464	318.464	
Outros	663	795	383
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	597.828	1.759.006	1.475.791
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(5.939)	352.757	(556.146)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros	26.135	(33.001)	(44.185)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(914.551)	5.322	(4.818.830)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(70.583)	(4.669)	3.102.751
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	479.692	(248.800)	209.821
Aumento/(Redução) em Provisões e Outros Passivos	837.582	(408.730)	364.748
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(23.449)	(78.528)	(77.611)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	926.715	1.343.357	(73.661)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(58)	(58)	(228)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	224	-
Aquisição de Intangível.....	(8.539)	(27.212)	(33.873)
Dividendos Recebidos	-	83	97
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(8.597)	(28.963)	(34.004)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Juros sobre Capital Próprios/Dividendos Pagos	-	(228.650)	(870)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	-	(228.650)	(870)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	918.118	1.087.744	(108.535)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período.....	525.557	355.931	464.466
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período	1.443.675	1.443.675	355.931
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	918.118	1.087.744	(108.535)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Bradescard, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2019, foi aprovada a incorporação da Amapari Administradora de Cartões S.A. (Amapari), conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação" entre o Bradescard e a Amapari, visando promover a reorganização societária, objetivando a consolidação da carteira de cartões do segmento Private Label registrada na Amapari, com a integração dos respectivos ativos e passivos ao mesmo segmento de negócios; apuração e gestão de resultado consolidados de um mesmo segmento; consolidação de ativos, recursos e procedimentos em torno de uma única plataforma sistêmica; permitir maior adequação dos processos operacionais, contábeis e fiscais em uma única entidade; utilizar uma única identidade Bradescard na comunicação com clientes e parceiros do mesmo segmento (*private label*). A incorporação ocorreu em 30 de junho de 2019, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 30 de junho de 2019 pelas sociedades envolvidas.

	R\$ mil
Ativo	
Instrumentos financeiros	4.439.484
- Operações de crédito	1.322.192
- Outros créditos	3.117.292
Intangível	713.955
Depreciações e amortizações	(151.187)
- Intangível.....	(151.187)
Outros ativos	70.381
Total do ativo	5.072.633
Passivo	
Depósitos e demais instrumentos financeiros	691.746
- Outros passivos financeiros	691.746
Outros passivos	1.509.926
Patrimônio líquido	
Capital social	2.870.961
Patrimônio líquido	2.870.961
Total do passivo e patrimônio líquido	5.072.633

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradescard evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações contábeis incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 03 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, por no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, são registradas na rubrica "Impostos Diferidos". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO BRADESCARD S/A	2

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a emenda constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

O investimento em empresa coligada, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistema de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano; sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Ativo intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável;
- *Software*: São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando a geração de benefícios econômicos futuros.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC).

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores de exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

Curso normal										
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020 (A)	%	Em 31 de dezembro de 2019 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	924.539	142.854	90.058	226.861	231.416	193.865	1.809.593	22,9	2.155.441	24,3
Subtotal	924.539	142.854	90.058	226.861	231.416	193.865	1.809.593	22,9	2.155.441	24,3
Outros créditos (1).....	1.752.424	1.269.452	812.043	1.383.837	789.046	93.456	6.100.258	77,1	6.705.699	75,7
Subtotal	1.752.424	1.269.452	812.043	1.383.837	789.046	93.456	6.100.258	77,1	6.705.699	75,7
Total das operações de crédito	2.676.963	1.412.306	902.101	1.610.698	1.020.462	287.321	7.909.851	100,0	8.861.140	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	2.676.963	1.412.306	902.101	1.610.698	1.020.462	287.321	7.909.851	100,0	8.861.140	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	3.134.045	1.599.343	1.041.456	1.771.790	1.152.473	162.033			8.861.140	100,0

Curso anormal										
Parcelas vencidas										
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	Em 31 de dezembro de 2020 (B)	%	Em 31 de dezembro de 2019 (B)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	63.478	66.626	71.139	248.530	816.838	1.266.611	2.666.611	100,0	1.737.549	100,0
Subtotal	63.478	66.626	71.139	248.530	816.838	1.266.611	2.666.611	100,0	1.737.549	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	63.478	66.626	71.139	248.530	816.838	1.266.611	2.666.611	100,0	1.737.549	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	106.122	121.492	139.667	457.269	913.019				1.737.549	100,0

Curso anormal										
Parcelas vencidas										
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2020 (C)	%	Total em 2019 (C)	%
Empréstimos e títulos descontados.....	7.615	2.709	3.079	7.564	9.715	16.195	46.877	100,0	39.262	100,0
Subtotal	7.615	2.709	3.079	7.564	9.715	16.195	46.877	100,0	39.262	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	7.615	2.709	3.079	7.564	9.715	16.195	46.877	100,0	39.262	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	6.470	2.806	3.751	10.125	12.866	3.244			39.262	100,0

Total geral					
	Em 31 de dezembro de 2020 (A+B+C)	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019 (A+B+C)	% (1)	
Empréstimos e títulos descontados.....	3.123.080	33,9	3.932.252	37,0	
Subtotal	3.123.080	33,9	3.932.252	37,0	
Outros créditos (1).....	6.100.258	66,1	6.705.699	63,0	
Subtotal	6.100.258	66,1	6.705.699	63,0	
Total das operações de crédito	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2020	9.223.338	100,0			
Total geral em 31 de dezembro de 2019			10.637.951	100,0	

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Modalidades e níveis de risco

Níveis de risco												
	Em 31 de dezembro de 2020								Em 31 de dezembro de 2019			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Empréstimos e títulos descontados.....	1.017	1.053.320	168.267	353.787	164.464	109.915	99.147	88.999	1.084.164	33,9	3.932.252	37,0
Subtotal	1.017	1.053.320	168.267	353.787	164.464	109.915	99.147	88.999	1.084.164	33,9	3.932.252	37,0
Outros créditos.....	8.389	4.100.182	518.148	1.209.895	135.343	14.020	6.744	6.505	101.032	66,1	6.705.699	63,0
Subtotal	8.389	4.100.182	518.148	1.209.895	135.343	14.020	6.744	6.505	101.032	66,1	6.705.699	63,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	9.406	5.153.502	686.415	1.563.682	299.807	123.935	105.891	95.504	1.185.196	9,223.338		
%	-	55,9	7,4	17,0	3,3	1,3	1,1	1,0	12,8	100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019	2.156	8.151.781	258.455	319.301	188.688	191.105	167.376	161.971	1.197.118		10.637.951	100,0
%	-	76,6	2,4	3,0	1,8	1,8	1,6	1,5	11,3			

c) Faixa de vencimento e níveis de risco

Níveis de risco													
Operações em curso anormal (3)													
	Em 31 de dezembro de 2020								Em 31 de dezembro de 2019				
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)	
Parcelas vencidas.....	-	-	11.594	10.762	5.902	2.446	1.946	1.716	12.510	46.876	100,0	39.262	100,0
1 a 30.....	-	-	1.471	1.256	904	541	415	334	2.694	7.615	11,7	6.470	16,5
31 a 60.....	-	-	499	509	364	173	140	119	904	2.709	5,7	2.806	7,1
61 a 90.....	-	-	782	690	378	161	124	110	834	3.079	8,0	3.751	9,6
91 a 180.....	-	-	1.965	1.725	923	376	305	269	2.001	7.564	23,9	10.125	25,8
181 a 360.....	-	-	2.242	2.235	1.257	513	415	389	2.664	9.715	37,6	12.866	32,8
Acima de 360.....	-	-	4.635	4.347	2.076	682	547	495	3.413	16.195	13,1	3.244	8,2
Parcelas vencidas (2)	-	-	44.555	51.398	62.682	74.806	75.031	67.756	890.383	1.266.611	100,0	1.737.549	100,0
1 a 14.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-
15 a 30.....	-	-	44.555	7.179	3.577	1.060	635	586	5.886	63.478	4,0	106.109	6,1
31 a 60.....	-	-	-	44.217	5.698	2.863	1.585	1.317	10.946	66.626	5,6	121.492	7,0
61 a 90.....	-	-	-	-	53.407	3.627	1.938	1.398	10.769	71.139	14,0	139.667	8,0
91 a 180.....	-	-	-	2	-	67.254	70.872	64.455	45.947	248.530	34,2	457.249	26,3
181 a 360.....	-	-	-	-	-	2	1	-	816.838	42,2	913.019	52,6	
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	56.149	62.160	68.584	77.252	76.977	69.472	902.893	1.313.487	100,0	1.776.811	100,0
Provisão específica.....	-	-	561	1.865	6.858	23.176	38.469	48.631	902.893	1.022.473		1.214.467	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

continua

**Sumário
Caderno Empresarial 2**

BALANÇO	
BANCO BRADESCARD S/A	
	2

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Níveis de risco										R\$ mil		
	Operações em curso normal (2)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Parcelas vencidas.....	9.406	5.090.228	628.383	1.492.127	227.740	45.734	28.327	25.546	277.568	7.825.059	98,4	8.713.952	98,3
1 a 30.....	3.307	1.760.869	201.050	472.840	62.817	10.380	6.009	5.362	69.538	2.532.172	32,9	2.986.857	33,7
31 a 60.....	1.632	929.752	114.993	270.606	37.664	6.785	4.085	3.798	43.591	1.412.306	17,8	1.599.343	18,0
61 a 90.....	1.046	588.240	74.962	178.758	24.247	4.127	2.493	2.336	25.893	902.102	11,8	1.041.456	11,8
91 a 180.....	1.922	1.030.022	134.550	323.614	47.135	9.052	5.658	5.009	53.736	1.610.698	20,2	1.771.790	20,0
181 a 360.....	1.291	634.258	83.502	199.924	35.339	8.305	5.337	4.748	47.757	1.020.461	12,7	1.152.473	13,0
Acima de 360.....	208	147.087	19.926	46.385	20.538	7.085	4.745	4.293	37.053	287.320	2,8	162.033	1,8
Vencidas até 14 dias.....	-	63.274	1.883	9.395	3.483	949	587	486	4.735	84.792	1,6	147.188	1,7
Subtotal.....	9.406	5.153.502	630.266	1.501.522	231.223	46.683	28.914	26.032	282.303	7.909.851	100,0	8.861.140	100,0
Provisão genérica.....	-	25.768	6.303	45.046	23.122	14.005	14.457	18.222	282.303	429.224	-	308.842	-
Provisão existente.....	-	30.187	20.524	156.207	89.912	61.956	74.113	95.494	1.185.196	1.713.589	-	1.713.589	-
Provisão mínima requerida.....	-	25.768	6.864	46.910	29.981	37.181	52.945	66.852	1.185.196	1.451.697	-	1.451.697	-
Provisão complementar.....	-	4.419	13.660	109.297	59.932	24.775	21.168	28.641	-	261.892	-	-	-
Total geral em 31 de dezembro de 2019.....	2.156	8.151.781	258.455	319.301	198.688	191.105	167.376	161.971	1.197.118	1.197.118	-	10.637.951	-
Provisão existente.....	-	47.776	7.625	31.770	56.512	95.455	117.080	161.950	1.197.118	1.197.118	-	1.715.286	-
Provisão mínima requerida.....	-	40.759	2.585	9.579	18.869	57.330	83.688	113.381	1.197.118	1.197.118	-	1.523.309	-
Provisão complementar.....	-	7.017	5.040	22.191	37.643	38.125	33.392	48.569	-	-	-	191.977	-

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela, e
(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operações

	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020
Operações de crédito.....	7.540.687	270.791	260.714	78.653	252.959	819.534	-	9.223.338

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Maior devedor.....	886	-	6.441	-
Dez maiores devedores.....	2.495	-	11.286	0,1
Vinte maiores devedores.....	3.224	-	12.429	0,1
Cinquenta maiores devedores.....	4.684	0,1	13.939	0,1
Cem maiores devedores.....	6.466	0,1	15.678	0,1

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2020	%	Em 31 de dezembro de 2019	%
Setor privado.....	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0
Pessoa jurídica.....	1.858	-	1.220	0,1
Pessoa física.....	9.221.480	100,0	10.636.731	99,9
Total.....	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0

h) Provisão para perdas esperadas, movimentação da provisão e despesa de PDD líquida

I) Composição - Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	Provisão										
	% Mínimo de provisionamento requerido	Mínima requerida			Em 31 de dezembro em 2020			Em 31 de dezembro em 2019			
		Vencidas	Específica Vencidas	Total específica	Genérica	Total	Complementar	%	Total	%	
AA.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
A.....	0,5	-	-	-	25.768	25.768	4.419	30.187	1,8	47.776	2,8
B.....	1,0	445	116	561	6.303	6.864	13.660	20.524	1,2	7.625	0,4
C.....	3,0	1.542	323	1.865	45.045	46.910	109.297	156.207	9,1	31.770	1,9
Subtotal.....		1.987	439	2.426	77.116	79.542	127.376	206.918	12,1	87.171	5,1
D.....	10,0	6.268	590	6.858	23.122	29.980	59.932	89.912	5,2	56.512	3,3
E.....	30,0	22.442	734	23.176	14.005	37.181	24.775	61.956	3,6	95.455	5,6
F.....	50,0	37.516	973	38.489	14.456	52.945	21.168	74.113	4,3	117.080	6,8
G.....	70,0	47.429	1.202	48.631	18.222	66.853	28.641	95.494	5,6	161.950	9,4
H.....	100,0	890.382	12.511	902.893	282.303	1.185.196	-	1.185.196	69,2	1.197.118	69,8
Subtotal.....		1.004.037	16.010	1.020.047	352.108	1.372.155	134.516	1.506.671	87,9	1.628.115	94,9
Total geral em 31 de dezembro de 2020.....		1.006.024	16.449	1.022.473	429.224	1.451.697	261.892	1.713.589			
%.....		58,7	1,0	59,7	25,0	84,7	15,3		100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019.....		1.206.234	8.233	1.214.467	308.842	1.523.309	191.977			1.715.286	
%.....		70,3	0,5	70,8	18,1	88,9	11,1			100,0	

II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
- Provisão específica (1).....	1.214.467	776.384
- Provisão genérica (2).....	308.842	161.753
- Provisão complementar (3).....	191.977	112.737
Saldo inicial em 1º de janeiro.....	1.715.286	1.050.874
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.407.593	2.003.644
Baixas para prejuízo.....	(1.409.290)	(1.339.232)
Saldo final em 31 de dezembro.....	1.713.589	1.715.286
- Provisão específica (1).....	1.022.473	1.214.467
- Provisão genérica (2).....	429.224	308.842
- Provisão complementar (3).....	261.892	191.977

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7c).

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Titulos e créditos a receber.....	77.762	44.809
Relações interfinanceiras de liquidez.....	113	65
Total.....	77.875	44.874

9) INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis

	Valor contábil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda.....	136.471	130.618
Total.....	136.471	130.618

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
						2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda.....	195.250	379.914	70.136	35,921415	16.538	2.427	5.941	8.784
Total.....						2.427	5.941	8.784

10) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil				
	Custo líquido de depreciação				
	Taxa	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Imobilizações em curso.....	-	-	-	-	2
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos.....	10%	570	(3)	567	407
Sistema de processamento de dados.....	20%	39.606	(36.657)	2.949	5.875
Total em 31 de dezembro de 2020.....		40.176	(36.660)	3.516	6.283
Total em 31 de dezembro de 2019.....		41.081	(34.798)	-	6.283

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil				
	Custo líquido de amortização				
	Taxa (1)	Custo	Amortização	Impairment (3)	Em 31 de dezembro de 2020
Software (2).....	20%	358.064	(305.488)	-	52.576
Acordos operacionais.....	-	980.312	(558.882)	(318.464)	102.966
Total geral em 31 de dezembro de 2020.....		1.338.376	(864.370)	(318.464)	155.542
Total geral em 31 de dezembro de 2019.....		1.320.969	(754.293)	-	566.676

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;

(2) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas;

(3) Valor referente ao Impairment registrado para acordos de parcerias em 31 de dezembro de 2020.

12) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Depósitos fiscais.....	1.379.380	1.356.832
Impostos a compensar.....	317.302	217.917
Depósitos cíveis.....	74.985	92.983
Depósitos trabalhistas.....	17.824	17.720
Outros.....	37.097	136.494
Total.....	1.826.588	1.821.946

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de clientes

	R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Depósitos:							
- À vista.....	2.987	-	-	-	-	2.987	2.211
- A prazo.....	181	978	595	395	103	2.252	2.507
Total em 31 de dezembro de 2020.....	3.168	978	595	395	103	5.239	
%.....	60,5	18,7	11,4	7,5	2,0	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2019.....	2.391	1.005	611	608	103	4.718	
%.....	50,7	21,3	12,9	12,9	2,2	100,0	

b) Despesas de intermediação financeira

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Depósitos interfinanceiros.....	-	310	-
Depósitos a prazo.....	93	186	189
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.....	3	6	6
Total.....	96	502	195

c) Outros passivos financeiros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Relações interfinanceiras.....	3.268.902	3.518.224
Total.....	3.268.902	3.518.224

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRI

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do Artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradesco não têm valores individuais relevantes.

II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Dentre as principais teses, destacamos:

- PIS e Cofins no montante de R\$ 1.369.487 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.347.123 mil); pleiteia calcular e recolher as referidas contribuições sobre as receitas de prestação de serviços (faturamento), afastando a aplicabilidade dos Artigos 3º, § 1º e 8º da Lei nº 9.718/98 e ainda, recolher a Cofins utilizando a alíquota de 2% prevista na LC nº 70/91.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.057	94.337	1.347.123
Atualização monetária.....	1.472	8.483	22.364
Constituições líquidas de reversões.....	3.898	67.232	-
Pagamentos.....	(5.340)	(88.683)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.087	81.369	1.369.487

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 130.871 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 298.973 mil) para os processos civis e R\$ 95.769 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 99.320 mil) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é: - IRPJ e CSLL - Ano base de 2008 a 2013 - R\$ 49.075 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 18.381 mil); lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimento.

15) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Operações com cartão de crédito.....	2.830.081	2.935.056
Impostos e contribuições a recolher.....	127.486	81.115
Resultado exercícios futuros.....	6.046	10.629
Sociais e estatutárias.....	159	229.500
Outros.....	328	36.346
Total	2.964.100	3.319.730

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 4.862.677 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 4.862.677 mil), está representado por 6.251.374.560 (Em dezembro de 2019 - 6.251.374.560) ações nominativas escriturais, sendo 3.125.687.280 (Em dezembro de 2019 - 3.125.687.280) Ordinárias e 3.125.687.280 (Em dezembro de 2019 - 3.125.687.280) Preferenciais.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros	469.588	721.979
- Reserva legal (1).....	69.718	68.879
- Reservas estatutárias (2).....	399.870	653.100

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido.....	16.768	-
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(639)	-
Base de cálculo	15.929	-
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020.....	159	1,0

Em 28 de fevereiro de 2020, foram pagos juros sobre o capital próprio de R\$ 269.000 mil (líquido dos impostos retidos na fonte no valor de R\$ 228.650 mil), conforme deliberado em Ata da Reunião da Diretoria realizada em 31 de janeiro de 2020.

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Rendas com cartões de crédito (1).....	475.762	1.035.584	928.075
Comissões.....	218.091	422.588	383.552
Rendas de antecipação de obrigações.....	15.397	45.851	52.313
Total	709.250	1.504.023	1.363.940

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

18) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Proventos.....	10.055	20.969	28.053
Benefícios.....	3.609	9.698	15.346
Encargos sociais.....	3.462	8.105	9.012
Participação dos empregados no lucro.....	1.026	3.713	3.369
Outros.....	43	145	145
Total	18.195	42.629	56.108

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Serviços de terceiros.....	233.660	468.425	447.604
Impairment.....	318.464	318.464	-
Processamentos de dados.....	93.892	174.574	131.637
Comunicações.....	70.447	155.134	176.773
Depreciações e amortizações.....	59.235	122.484	85.789
Transporte.....	12.118	23.566	28.442
Propaganda, promoções e publicidade.....	4.582	8.399	10.308
Serviços do sistema financeiro.....	3.561	7.525	9.606
Manutenção e conservação de bens.....	2.355	3.290	719
Materiais e energia.....	1.112	7.168	26.319
Aluguel e arrendamento de bens.....	1.059	2.101	4.777
Viagens.....	324	556	1.188
Outras.....	1.992	3.117	7.534
Total	802.801	1.294.803	930.695

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Contribuição à Cofins.....	60.562	132.816	120.422
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	32.702	68.198	61.933
Contribuição ao PIS.....	9.845	21.589	19.566
Outras.....	1.286	2.222	8.021
Total	104.395	224.825	209.942

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Ressarcimento de parcerias.....	43.597	43.597	-
Reversões de provisões operacionais.....	40.249	76.667	37.963
Atualização monetária ativa.....	11.219	32.500	56.069
Recuperação de encargos e despesas.....	1.065	6.728	8.541
Outras (1).....	6.752	12.359	23.319
Total	102.882	171.851	125.892

(1) Em 2019, inclui recuperação de despesa de seguros no montante de R\$ 6.257 mil.

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Descontos concedidos em renegociações.....	138.491	189.991	52.029
Despesas de comercialização de cartão de crédito.....	149.749	300.517	259.665
Despesas de serviços de associados.....	46.119	93.420	74.953
Atualização monetária passiva (1).....	18.802	40.456	46.109
Perdas operacionais.....	5.067	12.118	21.395
Outras.....	27.820	50.350	33.871
Total	386.048	686.853	498.022

(1) Referem-se substancialmente à atualização das provisões de contingências fiscais.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As divulgações das transações entre partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores.

As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil					
	Controlador (1)		Coligadas		Pessoal-Chave da Administração	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativos						
Disponibilidades.....	3.618	2.208	-	-	-	-
Aplicações no mercado aberto.....	1.439.937	353.598	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	607.571	960.329	-	-	-	-
Dividendos a receber.....	-	-	56	83	-	-
Operações de crédito, outros créditos e outros valores e bens.....	10	-	4.571	2.174	20	25
Passivos						
Depósitos à vista.....	-	-	2.645	59	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.....	159	229.500	-	-	-	-
Outros passivos.....	6.369	1.495	939.447	1.426.387	-	-

	2º semestre de 2020 - R\$ mil			
	Controlador (1)	Coligadas	da Administração	Total
Receitas de intermediação financeira.....	18.616	-	-	18.616
Despesas de intermediação financeira.....	-	-	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	(386)	2.451	(451)	1.614

	R\$ mil					
	Controlador (1)		Coligadas		Pessoal-Chave da Administração	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Resultado						
Receitas de intermediação financeira.....	37.383	31.820	-	-	-	-
Despesas de intermediação financeira.....	(310)	-	-	-	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	(772)	-	11.422	(15.925)	(1.433)	(4.879)

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados: • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição. Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 507 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 850 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Proventos.....	505	4.378
Total	505	4.378

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Plano de previdência complementar de contribuição definida.....	850	2.268
Total	850	2.268

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(307.199)	(187.829)	(517.489)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g).....	138.239	84.523	206.996
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas.....	1.092	2.673	3.514
Despesas indutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(1.554)	(4.527)	(4.619)
Juros sobre capital próprio pagos.....	-	121.050	108.000
Outros valores.....	(5.121)	878	144.201
Imposto de renda e contribuição social do período	132.656	204.597	458.092

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	107.147	(23.688)	(52.952)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período, sobre adições temporárias.....	25.509	228.285	511.044
Total dos ativos fiscais diferidos	25.509	228.285	511.044
Imposto de renda e contribuição social do período	132.656	204.597	458.092

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização	Em 31 de dezembro de 2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	676.563	704.918	(646.038)	735.443
Provisões fiscais.....	581.832	10.064	-	591.896
Provisões civis.....	42.451	155	(5.990)	36.616
Provisões trabalhistas.....	5.876	776		

...continuação



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nosso resultado contábil em 2019 foi de R\$ (59.397) mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ (159.846) mil e o resultado não recorrente foi de R\$ 100.449 mil, líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2019: i. Programa de Desligamento Voluntário 2019 - PDV - R\$ (3.689) mil; ii. Crédito Tributário - R\$ 127.891 mil; e iii. Passivos Contingentes - R\$ (23.753) mil.

b) As Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros, referem-se basicamente ao prejuízo na venda de carteira ativa no montante de R\$ (214.195) mil.

c) Plano de previdência complementar
O Banco Bradescard é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do Bradescard são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradescard são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 2.364 mil (2019 - R\$ 3.308 mil).

d) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. O Banco Bradescard, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradescard S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradescard S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3f e 7 a Instituição registrou R\$ 1.713.589 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito) em 31 de dezembro de 2020.

Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, acentuado pelos efeitos da atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos processos de (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) a definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação. Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição dos percentuais de provisionamento de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto aos impactos gerados pela pandemia do Covid-19, como o aumento da inadimplência de determinados setores, aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Avaliação da mensuração das provisões e divulgações dos passivos contingentes - Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3n e 14, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis nos montantes de R\$ 1.399.487 mil e R\$ 81.369 mil, respectivamente.

Para certos processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e algumas outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Nós consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, incluindo controles relacionados à avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis.

Para certos processos cíveis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas/jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.

Obtivemos e avaliamos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos da Instituição para ações fiscais, que incluíam uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos cíveis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências cíveis e fiscais em relação a esses assuntos.

Avaliamos também, para as ações cíveis, a suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos específicos que tenham divergido das médias de desembolsos históricos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários sobre prejuízos fiscais de impostos de renda e base negativa de contribuição social no valor de R\$ 1.566.493 mil (notas explicativas nº 3g e 24c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura.

Essas projeções são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Instituição, e exigem a adoção de uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, como taxas de juros, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis, podem ter um impacto significativo nas projeções e, conseqüentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social.

Consideramos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento necessário para avaliar as projeções de lucros tributáveis futuros e as principais premissas subjacentes, especialmente acentuado pelos possíveis efeitos na conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o seguinte: Testamos o desenho e efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo da Instituição para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, incluindo

- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

f) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, com a prática de juro zero, além da expansão fiscal. Entretanto, ainda não é possível afirmar se essas medidas serão suficientes para evitar uma recessão global em 2020.

Entretanto, mesmo com todas essas ações, as projeções apontam que o Brasil enfrentará uma recessão em 2020 com todos os desdobramentos em termos de negócios. A maior parte das nossas operações ocorre no mercado doméstico e, conseqüentemente, nosso resultado é impactado significativamente pelas condições macroeconômicas locais.

Não podemos controlar, e nem temos como prever quais medidas ou políticas o governo poderá adotar em resposta à atual, ou à futura situação econômica brasileira, nem como a intervenção ou as políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por conseqüência nossas operações e receitas.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos e, além disso, monitorar de forma ativa os cenários econômicos (nacional e internacional), bem como a evolução da pandemia do Covid-19, sem medir esforços para manter a plenitude de nossas operações, atendimento à população e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

g) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – 1SP19295/O-5

CONTROLES RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO E APROVAÇÃO DAS PREMISSAS CHAVES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO E ÀS PROJEÇÕES FINAIS DE LUCROS TRIBUTÁVEIS PELA INSTITUIÇÃO.

Envolvemos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis subjacentes às projeções da Instituição sobre lucros tributáveis futuros, incluindo os eventuais efeitos em suas projeções de resultados tributáveis futuros atrelados a atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da Instituição possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

- (i) Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- (ii) Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis;
- (iii) Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- (iv) Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 01 de março de 2021

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Osasco, 01 de março de 2021

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BANCO BRADESCARD S/A	2

Volume 131 • Número 40
São Paulo, terça-feira, 2 de março de 2021

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente

certificadodigital
um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais
Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado

Compre um certificado | Clientes de governo | Renovar meu certificado | Instalar meu certificado | Tenho um voucher | Suporte técnico

Accese e descubra
certificadodigital.imprensaoficial.com.br



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, do Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradescard atua no mercado de serviços financeiros, com destaque no crédito ao consumo por meio da emissão e gestão de cartões de crédito *private label*, cartões de crédito das bandeiras MasterCard, Elo e Visa, e produtos de crédito pessoal.

A segmentação de mercado reúne clientes de um mesmo perfil, com foco na qualidade do relacionamento, o que possibilita atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez, produzindo, ainda, maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensionando as operações, em termos de qualidade e especialização.

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do consumo por meio de diversas parcerias com redes de varejo.

No exercício de 2020, o Bradescard registrou Lucro Líquido de R\$ 17 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 5.332 milhões e Ativos Totais de R\$ 13.327 milhões.

A Instituição possui participação societária na empresa Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores. Barueri, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
ATIVO				PASSIVO			
Disponibilidades.....	04	3.738	2.333	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros.....		3.274.141	3.522.942
Instrumentos Financeiros.....		11.348.732	11.996.763	- Recursos de Clientes.....	13a	5.239	4.718
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	04 e 05a	2.047.508	1.313.927	- Outros Passivos Financeiros.....	13c	3.268.902	3.518.224
- Títulos e Valores Mobiliários.....	06a	11	11	Provisões.....	14	1.480.339	1.454.517
- Operações de Crédito.....	07	9.223.338	10.637.951	- Outras Provisões.....	14	1.480.339	1.454.517
- Outros Instrumentos Financeiros.....	08	77.875	44.874	Impostos Diferidos.....	24c	276.710	265.728
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	07h	(1.713.589)	(1.715.286)	Outros Passivos.....	15	2.964.100	3.319.730
- Operações de Crédito.....		(1.393.450)	(1.535.667)	Total do Passivo.....		7.995.290	8.562.917
- Outros Créditos.....		(320.139)	(179.619)				
Créditos Tributários.....	24c	1.566.493	1.338.208	Patrimônio Líquido			
Investimentos em Coligadas.....	09	136.471	130.618	- Capital Social.....	16a	4.862.677	4.862.677
Imobilizado de Uso.....	10	40.176	41.081	- Reservas de Lucros.....	16b	469.588	721.979
Intangível.....	11	1.338.376	1.320.969	- Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(64)	(52)
Depreciações e Amortizações.....		(1.219.494)	(789.091)	Total do Patrimônio Líquido.....		5.332.201	5.584.624
- Imobilizado de Uso.....	10	(36.660)	(34.798)				
- Intangível.....	11	(1.182.834)	(754.293)	Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		13.327.491	14.147.541
Outros Ativos.....	12	1.826.588	1.821.946				
Total do Ativo.....		13.327.491	14.147.541				

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	Nota	2º Semestre 2020	2019
Receitas da Intermediação Financeira.....		708.298	1.860.284
Operações de Crédito.....	07i	902.035	2.033.348
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	06b	18.616	37.383
Resultado de Operações de Câmbio.....		(238)	223
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros.....	26b	(212.115)	(210.988)
Despesas de Intermediação Financeira.....		(96)	(195)
Operações de Captações no Mercado.....	13b	(96)	(195)
Resultado da Intermediação Financeira.....		708.202	1.859.782
(Despesa)/Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	07g	(481.068)	(1.407.593)
- Operações de Crédito.....		(322.631)	(1.267.072)
- Outros Créditos.....		(158.437)	(140.521)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....		227.134	452.189
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....		(534.691)	(640.376)
Receitas de Prestação de Serviços.....	17	709.250	1.504.023
Despesas de Pessoal.....	18	(18.195)	(42.629)
Outras Despesas Administrativas.....	19	(802.801)	(1.294.803)
Despesas Tributárias.....	20	(104.395)	(224.825)
Resultado de Participações em Coligadas.....	09	2.427	5.941
Outras Receitas Operacionais.....	21	102.882	171.851
Outras Despesas Operacionais.....	22	(386.048)	(686.853)
Despesas de Provisões.....		(37.811)	(73.081)
- Trabalhistas.....	14b	(964)	(3.898)
- Cíveis.....	14b	(35.595)	(67.232)
- Outras.....		(1.252)	(1.951)
Resultado Operacional.....		(307.557)	(188.187)
Resultado Não Operacional.....		358	358
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro.....		(307.199)	(187.829)
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	24a	132.656	204.597
Lucro/(Prejuízo) Líquido.....		(174.543)	(16.768)
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações.....		(27,92)	2,68

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2020	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro/(Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(307.199)	(187.829)	(517.489)
Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) Líquido antes dos Impostos:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	481.068	1.407.593	2.003.644
Depreciações e Amortizações.....	59.234	122.484	85.789
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	48.024	103.449	182.248
Resultado de Participações em Coligadas.....	(2.427)	(5.941)	(8.784)
Resultado de <i>Impairment</i>	318.464	318.464	-
Outros.....	663	785	383
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos.....	597.828	1.759.006	1.475.791
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(5.939)	352.757	(556.146)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros.....	26.135	(33.001)	(44.185)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito.....	(914.551)	5.322	(4.818.830)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(70.583)	(4.669)	3.102.751
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros.....	479.692	(248.800)	209.821
Aumento/(Redução) em Provisões e Outros Passivos.....	837.582	(408.730)	364.748
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(23.449)	(78.528)	(77.611)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais.....	926.715	1.343.357	(73.661)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(58)	(58)	(228)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	-	224	-
Aquisição de Intangível.....	(8.539)	(27.212)	(33.873)
Dividendos Recebidos.....	-	83	97
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	(8.597)	(26.963)	(34.004)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Juros sobre Capital Próprios/Dividendos Pagos.....	-	(228.650)	(870)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento.....	-	(228.650)	(870)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	918.118	1.087.744	(108.535)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período.....	525.557	355.931	464.466
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período.....	1.443.675	1.443.675	355.931
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	918.118	1.087.744	(108.535)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de seus seres atribuídos, em conjunto ou individualmente.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Bradescard, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

No Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2019, foi aprovada a incorporação da Amapari Administradora de Cartões S.A. (Amapari), conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação" entre o Bradescard e a Amapari, visando promover a reorganização societária, objetivando a consolidação da carteira de cartões do segmento Private Label registrada na Amapari, com a integração dos respectivos ativos e passivos ao mesmo segmento de negócios; apuração e gestão de resultado consolidados de um mesmo segmento; consolidação de ativos, recursos e procedimentos em torno de uma única plataforma sistêmica; permitir maior adequação dos processos operacionais, contábeis e fiscais em uma única entidade; utilizar uma única identidade Bradescard na comunicação com clientes e parceiros do mesmo segmento (*private label*). A incorporação ocorreu em 30 de junho de 2019, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 30 de junho de 2019 pelas sociedades envolvidas.

	R\$ mil
Ativo	
Instrumentos financeiros.....	4.439.484
- Operações de crédito.....	1.322.192
- Outros créditos.....	3.117.292
Intangível.....	719.955
Depreciações e amortizações.....	(151.187)
- Intangível.....	(151.187)
Outros ativos.....	70.381
Total do ativo.....	5.072.633
Passivo	
Depósitos e demais instrumentos financeiros.....	691.746
- Outros passivos financeiros.....	691.746
Outros passivos.....	1.509.926
Patrimônio líquido	
Capital social.....	2.870.961
Patrimônio líquido.....	2.870.961
Total do passivo e patrimônio líquido.....	5.072.633

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradescard evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 03 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre sistematicamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais há capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, por no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, são registradas na rubrica "Impostos Diferidos". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a aliquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a emenda constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	R\$ mil					R\$ mil		
	1 a 30 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Aplicações no mercado aberto:								
Posição bancada	1.439.937	-	-	1.439.937	353.598	12.677	21.697	27.815
• Notas do tesouro nacional	1.439.937	-	-	1.439.937	353.598	12.677	21.697	27.815
• Subtotal	1.439.937	-	-	1.439.937	353.598	12.677	21.697	27.815
Aplicações em depósitos interfinanceiros:								
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	607.571	-	607.571	960.329	5.939	15.686	33.045
• Subtotal	-	607.571	-	607.571	960.329	5.939	15.686	33.045
Total em 31 de dezembro de 2020	1.439.937	607.571	-	2.047.508	-	18.616	37.383	60.860
%	70,3	29,7	-	100,0	-	77,1	37,383	60,860
Total em 31 de dezembro de 2019	353.598	-	960.329	1.313.927	100,0	-	-	-
%	26,9	-	73,1	100,0	-	-	-	-

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Modalidades e prazos

	Curso normal										R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020 (A)	%	Em 31 de dezembro de 2019 (A)	%	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Empréstimos e títulos descontados	924.539	142.854	90.058	226.861	231.416	193.865	1.809.593	22,9	2.155.441	24,3	12.677	21.697	27.815
Subtotal	924.539	142.854	90.058	226.861	231.416	193.865	1.809.593	22,9	2.155.441	24,3	12.677	21.697	27.815
Outros créditos (1)	1.752.424	1.269.452	812.043	1.383.837	789.046	93.456	6.100.258	77,1	6.705.699	75,7	5.939	15.686	33.045
Subtotal	1.752.424	1.269.452	812.043	1.383.837	789.046	93.456	6.100.258	77,1	6.705.699	75,7	18.616	37.383	60.860
Total das operações de crédito	2.676.963	1.412.306	902.101	1.610.698	1.020.462	287.321	7.909.851	100,0	8.861.140	100,0	-	-	-
Total geral em 31 de dezembro de 2020	2.676.963	1.412.306	902.101	1.610.698	1.020.462	287.321	7.909.851	100,0	8.861.140	100,0	-	-	-
Total geral em 31 de dezembro de 2019	3.134.045	1.599.343	1.041.456	1.771.790	1.152.473	162.033	7.909.851	100,0	8.861.140	100,0	-	-	-

	Curso anormal										R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020 (B)	%	Em 31 de dezembro de 2019 (B)	%	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Empréstimos e títulos descontados	63.478	66.626	71.139	248.530	816.838	1.266.611	1.266.611	100,0	1.737.549	100,0	18.616	37.383	60.860
Subtotal	63.478	66.626	71.139	248.530	816.838	1.266.611	1.266.611	100,0	1.737.549	100,0	18.616	37.383	60.860
Total geral em 31 de dezembro de 2020	63.478	66.626	71.139	248.530	816.838	1.266.611	1.266.611	100,0	1.737.549	100,0	-	-	-
Total geral em 31 de dezembro de 2019	106.122	121.492	139.667	457.269	913.019	913.019	913.019	100,0	1.737.549	100,0	-	-	-

	Curso anormal										R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2020 (C)	%	Total em 2019 (C)	%	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Empréstimos e títulos descontados	7.615	2.709	3.079	7.564	9.715	16.195	46.877	100,0	39.262	100,0	18.616	37.383	60.860
Subtotal	7.615	2.709	3.079	7.564	9.715	16.195	46.877	100,0	39.262	100,0	18.616	37.383	60.860
Total geral em 31 de dezembro de 2020	7.615	2.709	3.079	7.564	9.715	16.195	46.877	100,0	39.262	100,0	-	-	-
Total geral em 31 de dezembro de 2019	6.470	2.806	3.751	10.125	12.866	3.244	39.262	100,0	39.262	100,0	-	-	-

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	(A+B+C)	% (1)	(A+B+C)	% (1)
Empréstimos e títulos descontados	3.123.080	33,9	3.932.252	37,0
Subtotal	3.123.080	33,9	3.932.252	37,0
Outros créditos (1)	6.100.258	66,1	6.705.699	63,0
Subtotal	6.100.258	66,1	6.705.699	63,0
Total das operações de crédito	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco										R\$ mil		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Empréstimos e títulos descontados	1.017	1.053.320	168.267	353.787	164.464	109.915	99.147	88.999	1.084.164	3.123.080	33,9	3.932.252	37,0
Subtotal	1.017	1.053.320	168.267	353.787	164.464	109.915	99.147	88.999	1.084.164	3.123.080	33,9	3.932.252	37,0
Outros créditos	8.389	4.100.182	518.148	1.209.895	135.343	14.020	6.744	6.505	101.032	6.100.258	66,1	6.705.699	63,0
Subtotal	8.389	4.100.182	518.148	1.209.895	135.343	14.020	6.744	6.505	101.032	6.100.258	66,1	6.705.699	63,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	9.406	5.153.502	686.415	1.563.682	299.807	123.935	105.891	95.504	1.185.196	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0
%	-	55,9	7,4	17,0	3,3	1,3	1,1	1,0	12,8	-	100,0	10.637.951	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	2.156	8.151.781	258.455	319.301	188.688	191.105	167.376	161.971	1.197.118	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0
%	-	76,6	2,4	3,0	1,8	1,8	1,6	1,5	11,3	-	100,0	-	-

c) Faixa de vencimento e níveis de risco

	Níveis de risco										R\$ mil		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Empréstimos e títulos descontados	1.017	1.053.320	168.267	353.787	164.464	109.915	99.147	88.999	1.084.164	3.123.080	33,9	3.932.252	37,0
Subtotal	1.017	1.053.320	168.267	353.787	164.464	109.915	99.147	88.999	1.084.164	3.123.080	33,9	3.932.252	37,0
Outros créditos	8.389	4.100.182	518.148	1.209.895	135.343	14.020	6.744	6.505	101.032	6.100.258	66,1	6.705.699	63,0
Subtotal	8.389	4.100.182	518.148	1.209.895	135.343	14.020	6.744	6.505	101.032	6.100.258	66,1	6.705.699	63,0
Total geral em 31 de dezembro de 2020	9.406	5.153.502	686.415	1.563.682	299.807	123.935	105.891	95.504	1.185.196	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0
%	-	55,9	7,4	17,0	3,3	1,3	1,1	1,0	12,8	-	100,0	10.637.951	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	2.156	8.151.781	258.455	319.301	188.688	191.105	167.376	161.971	1.197.118	9.223.338	100,0	10.637.951	100,0
%	-	76,6	2,4	3,0	1,8	1,8	1,6	1,5	11,3	-	100,0	-	-

d) Parcelas vencidas

	Níveis de risco										R\$ mil		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Parcelas vencidas	-	-	11.594	10.762	5.902	2.446	1.946	1.716	12.510	46.876	100,0	39.262	100,0
1 a 30 dias	-	-	1.471	1.256	904	541	415	334	2.694	7.615	11,7	6.470	16,5
31 a 60 dias	-	-	499	509	364	173	140	119	904	2.708	5,7	2.806	7,1
61 a 90 dias	-	-	782	690	378	161	124	110	834	3.079	8,0	3.751	9,6
91 a 180 dias	-	-	1.965	1.725	923	376	305	269	2.001	7.564	23,9	10.125	25,8
181 a 360 dias	-	-	2.242	2.235	1.257	513	415	389	2.664	9.715	37,6	12.866	32,8
Acima de 360 dias	-	-	4.635	4.347	2.076	682	547	495	3.413	16.195	13,1	3.244	8,2
Parcelas vencidas (2)	-	-	44.555	51.398	62.682	74.806	75.031	67.756	890.383	1.266.611	100,0	1.737.549	100,0
1 a 14 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-
15 a 30 dias	-	-	44.555	7.179	3.577	1.060	635	586	5.886	63.478	4,0	106.109	6,1
31 a 60 dias	-	-	-	44.217	5.698	2.863	1.585	1.317	10.946	66.626	5,6	121.492	7,0
61 a 90 dias	-	-	-	-	53.407	3.627	1.938	1.398	10.769	71.139	14,0	139.667	8,0
91 a 180 dias	-	-	-	2	-	67.254	70.872	64.455	45.947	248.530	34,2	457.249	26,3
181 a 360 dias	-	-	-	-	2	-	1	-	816.8				

...continuação



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	R\$ mil
Títulos e créditos a receber.....	77.762	44.809	44.809
Relações interfinanceiras de liquidez.....	113	65	65
Total	77.875	44.874	44.874

9) INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis

	Valor contábil		R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda.....	136.471	130.618	130.618
Total	136.471	130.618	130.618

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
						2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda.....	195.250	379.914	70.136	35,921415	16.538	2.427	5.941	8.784
Total						2.427	5.941	8.784

10) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil			
	Custo líquido de depreciação			
	Taxa	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2020
Imobilizações em curso.....	-	-	-	2
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos.....	10%	570	(3)	567
Sistema de processamento de dados.....	20%	39.606	(36.657)	2.949
Total em 31 de dezembro de 2020		40.176	(36.660)	3.516
Total em 31 de dezembro de 2019		41.081	(34.798)	6.283

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil				
	Custo líquido de amortização				
	Taxa (1)	Custo	Amortização	Impairment (3)	Em 31 de dezembro de 2020
Software (2).....	20%	358.064	(305.488)	-	52.576
Acordos operacionais.....	-	980.312	(558.882)	(318.464)	102.966
Total geral em 31 de dezembro de 2020		1.338.376	(864.370)	(318.464)	155.542
Total geral em 31 de dezembro de 2019		1.320.969	(754.293)	-	566.676

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;

(2) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas;

(3) Valor referente ao Impairment registrado para acordos de parcerias em 31 de dezembro de 2020.

12) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Depósitos fiscais.....	1.379.380	1.356.832
Impostos a compensar.....	317.302	217.917
Depósitos cíveis.....	74.985	92.983
Depósitos trabalhistas.....	17.824	17.720
Outros.....	37.097	136.494
Total	1.826.588	1.821.946

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de clientes

	R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Depósitos:							
- À vista.....	2.987	-	-	-	-	2.987	2.211
- A prazo.....	181	978	595	395	103	2.252	2.507
Total em 31 de dezembro de 2020	3.168	978	595	395	103	5.239	4.718
%.....	60,5	18,7	11,4	7,5	2,0	100,0	100,0
Total em 31 de dezembro de 2019	2.391	1.005	611	608	103	4.718	4.718
%.....	50,7	21,3	12,9	12,9	2,2	100,0	100,0

b) Despesas de intermediação financeira

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Depósitos interfinanceiros.....	-	310	-
Depósitos a prazo.....	93	186	189
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.....	3	6	6
Total	96	502	195

c) Outros passivos financeiros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Relações interfinanceiras.....	3.268.902	3.518.224
Total	3.268.902	3.518.224

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na Instituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do Artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradescard não têm valores individuais relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Dentre as principais teses, destacamos:

- PIS e Cofins no montante de R\$ 1.369.487 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.347.123 mil): pleiteia calcular e recolher as referidas contribuições sobre as receitas de prestação de serviços (faturamento), afastando a aplicabilidade dos Artigos 3º, § 1º e 8º da Lei nº 9.718/98 e ainda, recolher a Cofins utilizando a alíquota de 2% prevista na LC nº 70/91.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	13.057	94.337	1.347.123
Atualização monetária.....	1.472	8.483	22.364
Constituições líquidas de reversões.....	3.898	67.232	-
Pagamentos.....	(5.340)	(88.683)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.087	81.369	1.369.487

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 130.871 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 298.973 mil) para os processos cíveis e R\$ 96.769 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 89.320 mil) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Ano base de 2008 a 2013 - R\$ 49.075 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 18.381 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimento.

15) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Operações com cartão de crédito.....	2.830.081	2.935.056
Impostos e contribuições a recolher.....	127.486	81.115
Resultado exercícios futuros.....	6.046	10.629
Sociais e estatutárias.....	159	229.500
Outros.....	328	36.346
Total	2.964.100	3.319.730

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 4.862.677 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 4.862.677 mil), está representado por 6.251.374.560 (Em dezembro de 2019 - 6.251.374.560) ações nominativas escriturais, sendo 3.125.687.280 (Em dezembro de 2019 - 3.125.687.280) Ordinárias e 3.125.687.280 (Em dezembro de 2019 - 3.125.687.280) Preferenciais.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros.....	469.588	721.979
- Reserva legal (1).....	69.718	68.879
- Reservas estatutárias (2).....	399.870	653.100

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		%
Lucro líquido.....	16.768		
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(839)		
Base de cálculo	15.929		
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020.....	159		1,0

Em 28 de fevereiro de 2020, foram pagos juros sobre o capital próprio de R\$ 269.000 mil (líquido dos impostos retidos na fonte no valor de R\$ 228.650 mil), conforme deliberado em Ata da Reunião da Diretoria realizada em 31 de janeiro de 2020.

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Rendas com cartões de crédito (1).....	475.762	1.035.584	928.075
Comissões.....	218.091	422.588	383.552
Rendas de antecipação de obrigações.....	15.397	45.851	52.313
Total	709.250	1.504.023	1.363.940

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

18) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Proventos.....	10.055	20.969	28.053
Benefícios.....	3.609	9.698	15.346
Encargos sociais.....	3.462	8.105	9.012
Participação dos empregados no lucro.....	1.026	3.713	3.369
Outros.....	43	145	328
Total	18.195	42.629	56.108

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Serviços de terceiros.....	233.660	468.425	447.604
Impairment.....	318.464	318.464	-
Processamentos de dados.....	93.892	174.574	131.637
Comunicações.....	70.447	155.134	176.773
Depreciações e amortizações.....	59.235	122.484	85.789
Transporte.....	12.118	23.566	28.442
Propaganda, promoções e publicidade.....	4.582	8.399	10.308
Serviços do sistema financeiro.....	3.561	7.525	9.606
Manutenção e conservação de bens.....	2.355	3.290	718
Materiais e energia.....	1.112	7.168	26.319
Aluguéis e arrendamento de bens.....	1.059	2.101	4.777
Viagens.....	324	556	1.188
Outras.....	1.992	3.117	7.534
Total	802.801	1.294.803	930.695

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Contribuição à Cofins.....	60.562	132.816	120.422
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	32.702	68.198	61.933
Contribuição ao PIS.....	9.845	21.589	19.566
Outras.....	1.286	2.222	8.021
Total	104.395	224.825	209.942

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Ressarcimento de parcerias.....	43.597	43.597	-
Reversões de provisões operacionais.....	40.249	76.667	37.963
Atualização monetária ativa.....	11.219	32.500	56.069
Recuperação de encargos e despesas.....	1.065	6.728	8.541
Outras (1).....	6.752	12.359	23.319
Total	102.882		

...continuação



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 15º Andar - Parte - Bloco D - Alphaville Industrial - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.252.458)	(293.245)	(101.432)	(66.454)	-	(1.713.589)
- Operações de crédito	(1.162.654)	(109.018)	(60.169)	(61.609)	-	(1.393.450)
- Outros créditos	(89.804)	(184.227)	(41.263)	(4.845)	-	(320.139)
Créditos tributários	-	835.120	39.877	691.496	-	1.566.493
Investimentos em coligadas	-	-	-	-	136.471	136.471
Imobilizado de uso	-	-	-	-	40.176	40.176
Intangível	-	-	-	-	1.338.376	1.338.376
Depreciação e amortização acumulada	-	-	-	-	(1.219.494)	(1.219.494)
- Imobilizado de uso	-	-	-	-	(36.660)	(36.660)
- Intangível	-	-	-	-	(1.182.834)	(1.182.834)
Outros ativos	38.540	64.291	69.787	1.653.970	-	1.826.588
Total do ativo em 31 de dezembro de 2020	4.258.833	5.152.193	1.038.408	2.582.528	295.529	13.327.491
Total do ativo em 31 de dezembro de 2019	3.958.531	4.580.914	2.443.886	2.460.632	703.578	14.147.541
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros...	3.272.070	978	595	498	-	3.274.141
- Recursos de clientes	3.168	978	595	498	-	5.239
- Outros passivos financeiros	3.268.902	-	-	-	-	3.268.902
Provisões	10.927	155	1.469.257	1.480.339	-	1.480.339
- Outras provisões	10.927	155	1.469.257	1.480.339	-	1.480.339
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	276.710
Outros passivos	2.951.992	11.949	159	159	-	2.964.100
Total do passivo	6.234.989	13.082	595	1.746.624	-	7.995.290
Patrimônio líquido						
- Capital social	-	-	-	-	4.862.667	4.862.667
- Reservas de lucros	-	-	-	-	469.588	469.588
- Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(64)	(64)
Total do patrimônio líquido	6.234.989	13.082	595	1.746.624	5.332.201	5.332.201
Total em 31 de dezembro de 2020	6.234.989	13.082	595	1.746.624	5.332.201	13.327.491
Total em 31 de dezembro de 2019	6.603.003	1.160	230.110	1.728.644	5.584.624	14.147.541

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes
De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2020 foi de R\$ 16.768 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 192.138 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (175.370) mil líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2020: i. Provisão de Reestruturação R\$ (215) mil; e ii. Impairment de Ativos Não Financeiros - R\$ (175.155) mil.

Nosso resultado contábil em 2019 foi de R\$ (59.397) mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ (159.846) mil e o resultado não recorrente foi de R\$ 100.449 mil, líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2019: i. Programa de Desligamento Voluntário 2019 - PDV - R\$ (3.689) mil; ii. Crédito Tributário - R\$ 127.891 mil; e iii. Passivos Contingentes - R\$ (23.753) mil.

b) As Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros, referem-se basicamente ao prejuízo na venda de carteira ativa no montante de R\$ (214.195) mil.

c) Plano de previdência complementar

O Banco Bradescard é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradescard S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradescard S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3f e 7 a Instituição registrou R\$ 1.713.589 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito) em 31 de dezembro de 2020. Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco máximo e "H" o risco mínimo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que analisam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, acentuado pelos efeitos da atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos processos de (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) a definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição dos percentuais de provisionamento de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto aos impactos gerados pela pandemia do Covid-19, como o aumento da inadimplência de determinados setores, aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Avaliação da mensuração das provisões e divulgações dos passivos contingentes - Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3n e 14, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis nos montantes de R\$ 1.369.487 mil e R\$ 81.369 mil, respectivamente.

Para certos processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e algumas outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Nós consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis.

Para certos processos fiscais e cíveis, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas/jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.

Obtivemos e avaliamos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos da Instituição para ações fiscais, que incluíam uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos fiscais. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências fiscais e cíveis em relação a esses assuntos.

Avaliamos também, para as ações cíveis, a suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos específicos que tenham divergido das médias de desembolsos históricos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários sobre prejuízos fiscais de impostos de renda e base negativa de contribuição social no valor de R\$ 1.566.493 mil (notas explicativas nº 3g e 24c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura.

Essas projeções são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Instituição, e exigem a adoção de uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, como taxas de juros, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social.

Consideramos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento necessário para avaliar as projeções de lucros tributáveis futuros e as principais premissas subjacentes, especialmente acentuado pelos possíveis efeitos na conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o seguinte: Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo da Instituição para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, incluindo controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas-chaves para a elaboração do orçamento e às projeções finais de lucros tributáveis pela Instituição.

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do Bradescard são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradescard são de 5% do salário. As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 2.364 mil (2019 - R\$ 3.308 mil).

d) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Banco Bradescard, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

f) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, com a prática de juro zero, além da expansão fiscal. Entretanto, ainda não é possível afirmar se essas medidas serão suficientes para evitar uma recessão global em 2020.

Entretanto, mesmo com todas essas ações, as projeções apontam que o Brasil enfrentará uma recessão em 2020 com todos os desdobramentos em termos de negócios. A maior parte das nossas operações ocorre no mercado doméstico e, consequentemente, nosso resultado é impactado significativamente pelas condições macroeconômicas locais.

Não podemos controlar, e nem temos como prever quais medidas ou políticas o governo poderá adotar em resposta à atual, ou à futura situação econômica brasileira, nem como a intervenção ou as políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas.

Um dos principais objetivos de nossa estrutura de gerenciamento de riscos é acompanhar a alocação de capital e liquidez, visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos e, além disso, monitorar de forma ativa os cenários econômicos (nacional e internacional), bem como a evolução da pandemia do Covid-19, sem medir esforços para manter a plenitude de nossas operações, atendimento à população e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

g) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – 1SP199295/O-5

Envolvemos profissionais de finanças corporativas com conhecimento e experiência no setor que auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis subjacentes às projeções da Instituição sobre lucros tributáveis futuros, incluindo os eventuais efeitos em suas projeções de resultados tributáveis futuros atrelados a atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da Instituição possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa pelos profissionais apropriados, para fins de controle de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis;
- Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e a efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em nossa auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de